

REPRESENTAÇÕES EM ESTADO DE SÍTIO: O ESTUDO DOS INTELLECTUAIS A PARTIR DOS ARQUIVOS PESSOAIS.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v7i1.1333>

Cleber Araújo Cabral

Doutorando pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/FALE)

clabrac1980@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0002-1645-8724>

Recebido em: 22/09/2014 – Aceito em 31/12/2014

Resumo:

Procura-se, neste artigo, analisar as possibilidades de pesquisa sobre os intelectuais a partir da análise dos documentos que compõem os chamados “arquivos pessoais”. Estas coleções de documentos, que se referem à esfera privada de escritores, artistas, burocratas e técnicos, tem como principal potencialidade, no nosso entender lançar luz sobre as experiências compartilhadas pelos sujeitos históricos que desempenharam as atividades associadas ao campo intelectual. A partir da análise desta documentação é possível perceber os processos de “escrita de si” que perpassam a seleção e a organização destes acervos e, com isso, esboçar hipóteses sobre a constituição de um ethos intelectual entre este grupo social.

Palavras-Chave: arquivos privados, arquivos literários, história cultural

Abstract:

This essay proposes a reading about the impact of the on the research on writer's private archives in the intellectual history field. Those archives drive the researcher to the private life of writers, bureaucrats and technicians and offer the possibility of comprehend the shared experiences amongst these professionals who work on tasks associated with the intellectual field. These documents, after all, allows those who read them to speculate about the self-images established by this social group.

Keywords: private archives, literary archives, cultural history

O uso de arquivos privados nos estudos literários: algumas considerações

os laços entre uma "nova" história política, social e cultural, no Brasil, são indissociáveis da própria materialização, em arquivos privados, de uma boa parcela de suas fontes, que passaram a exigir novos procedimentos tanto de arquivamento quanto de pesquisa historiográfica.¹

Observa-se, no contexto que perfaz o início da década de 1970 ao fim da década de 1980, o deslocamento de paradigmas hermenêuticos tanto no campo historiográfico como nos estudos literários. Este período de crise dos paradigmas e modelos interpretativos da realidade é caracterizado, no campo da História, pela emergência de novas abordagens, como as “novas” histórias política, social e cultural. No campo da história cultural, observa-se a elaboração de abordagens como a história social das ideias e “história de intelectuais, mais centrada nas elites culturais e em sua dinâmica de sociabilidade”.²

No campo dos Estudos Literários, observa-se o esgotamento de pesquisas embasadas em concepções como nação e literariedade. Como resposta, ocorre uma “pluralização do conceito de literatura”³ postura responsável tanto pela (re)valorização de

1 GOMES. Nas malhas do feitiço, p. 125.

2 GOMES. Nas malhas do feitiço, p. 123.

3 Na resenha-ensaio “A epistolografia como desafio à história e à teoria literária”, João Cesar de Castro Rocha fornece um panorama sucinto a propósito dos motivos que limitaram os estudos epistolográficos (e a pesquisa com documentos de escritores) no Brasil. De acordo com o autor, somente ao fim da década de 1980 ocorrerá o surgimento de estudos a partir destes materiais no campo dos estudos literários.

documentos como pela retomada de interesse pelo cruzamento da vida com a obra de escritores por historiadores e teóricos da literatura.

Outro processo, que coocorre com esse contexto, vem a ser a instalação de instituições de guarda documental, bem como a descoberta dos arquivos privados por parte dos historiadores e pesquisadores de outros campos disciplinares. Segundo Ângela de Castro Gomes, tal fato está associado a duas questões:

uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa [e] uma revalorização do indivíduo na história e, por isso, a uma revalorização da lógica de suas ações – pautadas em intenções que são escolhas em um campo de possibilidades. (GOMES, 1998, p. 122)

Com o advento deste “novo tipo de material”, irá ocorrer, no transcurso das décadas de 1960 a 1990, o que a historiadora chama de “rotinização” do uso dos arquivos privados ou (...) o boom dos arquivos privados” no campo da historiografia.⁴ Convém lembrar que, nesse contexto, ocorre a constituição de várias instituições de guarda de arquivos privados no Brasil, tais como: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1962; Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, instalado em 1972; Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), criado em 1973; Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp (1974); Centro de Estudos Murilo Mendes (CEMM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), implementado a partir de 1978; Acervo de Escritores Sulinos, sediado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), implantado em 1982; Centro de Documentação Alexandre Eulálio, criado em 1984 no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP; Fundação Casa de Jorge Amado, instalada em 1986, no Centro Histórico de Salvador; Acervo de Escritores Mineiros, criado em 1989, junto ao Centro de Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A essa descoberta e rotinação do uso de arquivos privados por parte de pesquisadores do campo das ciências humanas, relaciona-se, ainda, outro aspecto. A relação entre a ideia de arquivo e as noções de cultura e história. De acordo com Márcio Seligmann-Silva, as concepções benjaminianas de cultura e história influencia largamente os estudos literários desde meados da década de 1980. Ainda segundo o crítico, o século XX se caracteriza como uma “era dos arquivos”, na qual este (o arquivo) se coloca como tema fundamental que, por extensão, embasa as noções de história e cultura, que passam a serem vistas como partes de um sistema-memória mais amplo, “responsável” pela acumulação e gestão das inscrições culturais. Esse “sistema-arquivo”, que fundamenta e regula a economia política do governo das memórias (bem como a fabricação dos esquecimentos), é constituído por um conjunto de instituições (arquivos, bibliotecas, museus) encarregadas de reunir os discursos produzidos numa época dada e também de condicionam a dispersão controlada das representações de períodos históricos pelo controle e fomento de maneiras de ler, interpretar, dizer, conservar, reativar, apropriar e imaginar o presente mediante a mobilização do passado.

Dito isso, podemos pensar, então, que o material de que se conformam os arquivos literários seria uma história das representações da cultura letrada regional (bem como seus hábitos, redes de sociabilidade, obras tidas por significativas) e de suas contribuições para a criação de leituras sobre a herança arcaica e a modernização (da política e da cultura). A partir dessa (re)criação (das vizinhanças entre obras e escritores, elabora-se um cânone histórico. Entretanto, esse monumento que materializa

4 GOMES. Nas malhas do feitiço, p.122.

uma “grande narrativa das letras mineiras”, ao ser erigido, também projeta sombras nas quais se lê a exclusão e o esquecimento daquelas obras e autores tidos como não-representativos, relegados, quando muito, ao pé-de-página dos panoramas de história literária. Em outras palavras, pode-se dizer que “ingressar no arquivo significa ingressar na memória e se transformar em um escritor normalizado, profissionalizado”.⁵

Tendo em vista os elementos acima relacionados, consideramos que os arquivos literários passam a ser um lugar privilegiado para a reelaboração do objeto dos estudos literários. De certa maneira, parece-nos que o contexto acima descrito brevemente pode ser caracterizado como um “giro histórico” nos estudos literários. No entanto, cabe mencionar, ainda, outro fator que coocorre para a “volta do sujeito” ao campo da história cultural da literatura. A título de hipótese, consideramos que esse “retorno do sujeito-escritor” parece ocorrer em razão de uma “busca de condições de objetividade” para os estudos literários, uma tentativa de elaborar uma história (e teorias da consciência histórica do indivíduo que possibilita seu objeto, o texto literário) a partir do trabalho com documentos de escritores. Dessa maneira, podemos dizer que a postura epistemológica que emerge a partir do contato com fontes primárias de escritores pode ser caracterizada como a construção de uma (nova) objetividade para balizar os discursos das disciplinas que se compõem o campo dos estudos literários.

Representar e imaginar o passado: a leitura, a escrita, o arquivo

Arquivos, bibliotecas, museus. Autor, escritor, intelectual. Gramáticas e romances. Modernidade. Propõe-se, neste texto, a articulação desse conjunto de termos, a fim de sugerir uma perspectiva de se repensar criticamente as representações da história (e) da literatura. Para tanto, vamos nos valer do Acervo de Escritores Mineiros como paradigma contextualizador do arranjo conceitual aqui proposto.

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário definir os três primeiros termos, a fim de delimitarmos nosso foco. Por biblioteca se compreende um conjunto de material, em sua maioria impresso e não produzido pela instituição em que está inserida, organizado de forma ordenada para estudo, pesquisa e consulta. Normalmente, a biblioteca é constituída de coleções temáticas. O museu é uma instituição de interesse público, criada com a finalidade de conservar, estudar e colocar à disposição do público conjuntos de peças e objetos de valor cultural. Quanto à definição de arquivo, partimos da conceituação proposta por Foucault, que o denomina como sendo um sistema que governa a aparição de declarações, que estrutura discursos e expressões particulares de um período específico.⁶ Nesse sentido, se um arquivo estrutura os termos do discurso, também limita o que pode ou não ser pronunciado em determinada época e lugar, atuando assim, como um sistema-memória que controla as condições de como se pode ver/ler e dizer um conjunto de dados e objetos em um contexto histórico específico.

A nosso ver, o Acervo de Escritores Mineiros se apresenta como síntese destas três formas que tem, em comum, a função de reunir objetos de valor cultural que fornecem condições de se representar e imaginar formas variadas de relação com o passado. Como lembra Reinaldo Marques,

(...) trata-se de um “lugar de memória”, memória literária e cultural. (...) Em sua emergência, o Acervo de Escritores Mineiros se dá, pois, como um gesto da memória inscrito no tempo e no espaço. O que significa, como forma de compreensão das possibilidades e limites desse mesmo gesto, apreender as condições

5 MARQUES. Memória literária arquivada, p. 110.

6 Cf. REVEL. Michel Foucault: conceitos essenciais, 2005 e CASTRO. Vocabulário de Foucault, 2009.

de sua produção e reprodução no tempo e no espaço. Pensar o próprio arquivo, a construção da memória; examinar as forças em relação, suas inflexões e direções.⁷

Ao se pensar a configuração dos arquivos literários, não se pode deixar de situá-los no contexto de uma história mais geral dos arquivos, especialmente no que concerne às relações do arquivo com a figura do Estado moderno, da administração pública. Os arquivos literários devem ser situados enquanto instâncias de legitimação do Estado-nação e agência do poder simbólico. Importa conectar, pois, os arquivos literários com as memórias nacionais, enfocando o papel que tanto a literatura quanto os estudos sobre ela desempenham no mundo moderno como lugar de se imaginar a nação e de construção de identidades nacionais. Essa representação pedagógica da nação não deixa de ter um caráter patrimonialista, implicando uma manipulação de suas memórias e arquivos. Trata-se de estabelecer uma imagem e história oficiais da comunidade política imaginada. Os arquivos, vistos por essa perspectiva, atuam como poderosos mecanismos de poder cultural.

A esse arquivo da Literatura cabe uma tarefa: constituir o arquivo específico da disciplina, etapa que tem, como desdobramento, a definição do método e do objeto. Nesse local se elabora a história literária local que, por sua vez, está inserida no âmbito da história nacional. Compete a tais histórias evidenciar autores e obras representativos da alma nacional, de tal modo que construir uma nação implica reduplicá-la como uma nação literária. Integram, pois, os arquivos da História da Literatura e documentos relativos a essas obras e seus autores, possibilitando a instituição de um cânone literário nacional.

Parece-nos produtivo conceber estas figuras (epistemológicas) do arquivo, da biblioteca e do museu como sendo constituintes de nosso espaço mnemônico. Com isto, pensa-se a cultura como espaço no qual se acumulam camadas constituídas por documentos e memórias do passado. A partir de tal consideração, propomos que se relacionem as noções de espaço e de lugar/local com a ideia de sítio. Essa metáfora teórica se configura como locação (locus) enunciativa que se organiza a partir de um conjunto de topoi. Eis um repertório de locações constituintes desse espaço que consideramos como estimulantes para reflexão: laboratório (local de experimentação controlada e de revelação fotográfica); observatório (de onde se observa, à distância, as atividades, posicionamentos e relações entre escritores na República das Letras); campo (espaço simbólico no qual os agentes que legitimam as formas de representações culturais se posicionam, estabelecendo relações, seja de enfrentamento, de cooperação ou de aliança); fórum cultural (lugar de exibição e discussão pública, lugar de julgamento, lugar de mercado). Um ponto interessante dessa espacialização da memória consiste no aspecto regional da empreitada. Conforme relatado por Marques “a criação dos centros de documentação e memória, a constituição e preservação de arquivos nas nossas instituições universitárias (...) contribuem também para o cuidado e a preocupação com a documentação local, para a proteção da memória regional”.⁸

Dessa maneira, ao se propor o acervo como um espaço onde a memória literária se encontra em estado de sítio, alude-se à necessidade de se pensar não só a história deste espaço, compreendido não só como local de organização e preservação da literatura, mas à necessidade de refletirmos “sobre as condições [que permitem a certas instituições controlar, manipular e] sustentar um discurso histórico como representação e explicação adequadas da realidade que foi”.⁹

7 MARQUES. Memória literária arquivada, p. 105-106.

8 MARQUES. Memória literária arquivada, p. 116.

Autor, escritor, intelectual: três faces de uma quimera

Falamos dos lugares de acúmulo das representações do passado. Agora, pensemos em algumas formas de seus agentes, o autor, o escritor e o intelectual. Autor, figura, cujo (irônico) atestado de óbito é lavrado por Barthes e que Foucault revela ser antes de tudo uma função que se define com relação a uma obra, um texto ou simplesmente um discurso. Sua existência preenche a necessidade de atribuir a um sujeito a responsabilidade por formulações e ideias cuja autonomia e anonimidade poderiam constituir ameaça a uma sociedade controladora. Descrever o autor como função permite ainda dissociá-lo da pura existência empírica de um indivíduo escritor e desfazer, assim, os equívocos que o biografismo pode gerar para a compreensão do fenômeno literário.

No entanto, o que se observa, atualmente, é uma “volta ao escritor”, tido como instância concreta de produção do texto literário. De início, tal postura pode parecer um retrocesso ou uma liquidação da imensa contribuição que os estudos do autor trouxeram. No entanto, essa é uma personagem que adquire hoje uma importância cada vez maior, seja justamente por seu caráter de construção, seja ainda pelo avanço de pesquisas junto aos arquivos de escritores guardados e tratados por universidades e fundações públicas ou privadas. Caberia até se avaliar em que medida os arquivos literários estão contribuindo para aquele “retorno amigável do autor”, de que fala Barthes no prefácio de Sade, Fourier, Loyola (BARTHES, 2005), na pele do escritor empírico, a ser visto antes como personagem, imagem e fantasma, do que como uma pessoa cívica e moral, dotada de uma interioridade psicológica.

A partir disso, consideremos que se um autor existe para a obra, o escritor existe para a literatura. Às facetas do autor e do escritor, somemos outra: a do intelectual. Esta persona se apresenta como consciência representante/representativa da opinião pública, em razão da menoridade desta frente ao Estado e às questões políticas e culturais de sua época,¹⁰ atuando como “as antenas da raça”, no dizer de Ezra Pound. Outra possibilidade de caracterização seria a que se propõe no Dicionário do pensamento social do século XX, “parece mais razoável definir os intelectuais de maneira mais restrita, e ver neles os homens e mulheres em dadas sociedades que, embora numericamente poucos, são ainda assim quantitativamente importantes como criadores de símbolos”.¹¹ Não desconsiderando as definições provisórias anteriormente mencionadas, vale mencionar a síntese feita por Daniel Lins: “o que caracteriza o intelectual é fazer uso público do conhecimento”.¹²

Ao se examinar os documentos constantes dessas coleções, têm-se acesso a uma fonte de material informativo variado que se relaciona não apenas à vida, à trajetória intelectual e aos posicionamentos estéticos, políticos e culturais dos envolvidos, mas, também, aos modos pelos quais os titulares buscaram representar e imaginar a nação. Eis alguns tópicos, dentre outros passíveis de serem elencados: considerações sobre linguagem e estilo; comentários sobre o ofício do escritor e a vocação para a literatura ou para a vida pública; sugestões de autores e leituras; propostas de caráter profissional; visões do campo artístico e intelectual, bem como a propósito das leituras empreendidas pela crítica literária a respeito da própria obra; relação com editores e mercado editorial; planos de obras, ideias de projetos literários e textos em andamento; comentários sobre artigos e textos; traços da vida cultural brasileira do período; solicitações de favores diversos (como procurar artigos, contos, crônicas, ensaios ou poemas contos publicados em certos periódicos para compor o próprio arquivo); repertório de locais onde residiam, de pessoas e amigos com quem mantiveram contato; preocupações de ordem financeira; questões relacionadas à doença / saúde, solidão e en-

9 CHARTIER. A história ou a leitura dos tempos, p. 31.

10 LINS. O novo papel do intelectual, p. 229.

11 OUTHWAITE; BOTTOMORE. Dicionário do pensamento social do século XX, p. 386-387.

12 RIBEIRO. O cientista e o intelectual, p. 141.

velhecimento.

Em razão disto, insistimos que o corpus documental alocado no Acervo apresenta fomenta condições para a ficcionalização de instrumentos e hipóteses de leitura tanto da obra como da persona cultural do escritor que se representa, talvez, “como gostaria de ser lido”.¹³ Com essa provocação, sugere-se uma abordagem dos documentos não como um tipo de “espelho da alma”, que retrata fidedignamente remetente ou destinatário — mas como um dispositivo¹⁴ que viabiliza o deslocamento da intencionalidade, voltando-se para o artifício, que chamaremos por “edição de si”,¹⁵ que conforma a produção destes documentos. No presente contexto, o termo dispositivo é proposto como um instrumento de captura (à maneira de uma câmera fotográfica), de ordenação de registros incitados pela leitura das fontes documentais. Assim, buscase deslocar as práticas de leitura dos arquivos de escritores, de modo que estes conjuntos documentais sejam abordados não enquanto meros reflexos biográficos, mas como espaços deflagradores de sinais que viabilizam o embaralhamento das imagens socialmente construídas pelo cânone e pela crítica, ocasionando, assim, a emergência de (auto)retratos do escritor como um rosto de areia na orla do mar — uma identidade cultural contingente e provisória.

Assim, nosso ator histórico, essa quimera de três facetas, se avulta como cocriador, peão e jogador de uma partida cuja configuração está sempre mudando, sempre formando padrões diferentes, transitórios e precários. As múltiplas estratégias e tomadas de posição dentro desse jogo podem ser vistas como formando, elas mesmas, o grande romance da literatura. Desse grande romance dão testemunho, hoje, inúmeras obras de cunho autobiográfico, biográfico e autoficcional que abordam a vida literária e em que se diluem as fronteiras entre o real e o ficcional. Eis a arquipersonagem que performa os livros da cultura letrada que fomentam o Acervo. Assim, chegamos a duas representações que contem e possibilitam as narrativas desse: a gramática e o romance.

Antes de prosseguirmos, propomos duas imagens que podem auxiliar na leitura dos acervos de escritores como um “livro da história social da cultura”: como uma gramática ou como um romance. De antemão, informamos que não se trata de uma distinção entre “bom e mal”. As duas modalidades de escrito tem caráter pedagógico e podem assumir um caráter prescritivo. O que temos em vista é que ambas se apresentam como formas textuais que modos de leitura e de interpretação.

Grosso modo, temos, na primeira, um estudo sistemático dos elementos (escritores e obras), formando um conjunto de regularidades, que permitem explicar fatos (o decurso do modernismo ou da modernidade, por exemplo) e tipos (o intelectual engajado, o poeta a serviço do Estado) culturais. Na segunda, temos uma narrativa, feita a partir de documentos de natureza variada, na qual nos deparamos com vários personagens e figurantes¹⁶ e intrigas que se debruçam ora sobre o coletivo, ora sobre o individual, narrando coisas ou ações como elas aconteceram — ou fazendo o leitor pensar em como teriam podido acontecer.

Os documentos pessoais (ou documentos-ego) que compõem o acervo de um escritor relatam, de certa maneira, a história (ou as versões da) que eles intentaram por contar de si mesmos. Por meio desses, constroem-se representações da realidade (de tempos, de identidades, funções e classes sociais), bem como teorias sobre essas imagens. Com esses dizeres, chamamos a atenção para os aspectos ficcionais desses documentos. Para tanto, recorreremos à formulação proposta por Natalie Davis: “Por ‘ficcional’ não quero dizer elementos fingidos, mas, em vez disso, usando um outro e mais amplo sentido da raiz *fingere*, seus elementos formadores e moldadores: a tessitura de uma narrativa”.¹⁷

13 Em alusão à obra *A vida como ela é*, de Nelson Rodrigues, concebemos tanto o arquivo do escritor como os documentos que o conformam enquanto espaço de edição e determinação das formas de leitura de sua obra e de sua atuação como agente sócio-cultural. Desta maneira, consideramos que os arquivos literários funcionam como local em que o escritor lega a posterioridade representações em que se figura “não como de fato foi”, mas “como gostaria que sua vida e obra fossem lidos”.

14 Referimo-nos, aqui, à noção de dispositivo na acepção empregada por Michel Foucault. Conforme o pensador francês, o dispositivo é compreendido como um tipo de saber que se configura como um mecanismo de sujeição, que engendra a produção de formas de subjetivação (formas-sujeito ou tipos psicossociais). Para mais informações, ver CASTRO. Vocabulário de Foucault, p. 123-124.

15 De acordo com Ângela de Castro Gomes, faz-se necessário compreender a escrita de si “como tendo ‘editores’ e não autores propriamente ditos. É como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa”. Para mais detalhes sobre essa reflexão, consultar GOMES, *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*, p. 16.

16 Essa distinção se mostra pertinente, uma vez que, no campo das artes cênicas, o figurante é destituído de direito à fala / voz ocupa um papel secundário ou sem importância. Ao transpormos esta função cênica para o campo das ciências sociais, poderíamos pensar naqueles escritores ou intelectuais relegados a uma função meramente auxiliar na composição de um cenário. Nesse caso parece-nos interessante pensarmos no papel de figurante exercido por vários escritores como Carlos Drummond de Andrade em fotografias ao lado de Gustavo Capanema, por exemplo.

17 BURKE. O que é história cultural?, p. 117

A partir desta sugestão, a classificação de documentos como autobiográficos, quer verdadeiros ou falsos, é substituída por uma abordagem mais sutil, que leva em conta “as convenções ou regras de (auto)representação em uma dada cultura, a percepção do “eu” em termos de certos papéis [o escritor boêmio, o contista celibatário, o poeta de feição clássica, a poeta metafísica e virtuosa], e a percepção das vidas em termos de enredos [a ascensão da miséria à vida burguesa, de filho de imigrante a poeta e intelectual engajado, de cadete da aeronáutica a romancista]”¹⁸

Falamos dos espaços, do “personagens” e das representações gráficas que reúnem a memória das narrativas da cultura letrada. Passemos, agora, a uma parte importante do enredo: o contexto no qual ela se efetua, a modernidade. A essa, consideraremos como uma intriga. De acordo com Paul Veyne,

o tecido da história é o que chamaremos uma intriga, uma mistura muito humana e muito pouco científica de causas materiais, de fins e de acasos; (...) A palavra intriga tem a vantagem de lembrar que aquilo que o historiador estuda é tão humano como um drama ou um romance (...) ela será sempre intriga porque será humana, sublunar, porque não será um bocado de determinismo. (...) Quais são os fatos que são dignos de suscitar o interesse do historiador? Tudo depende da intriga escolhida; em si mesmo, um fato não é interessante nem deixa de o ser. (...) o fato não é nada sem a sua intriga; (...) [é preciso] ver o acontecimento nas intrigas.¹⁹

Tomada como intriga histórica, a modernidade “a brasileira” se inscreve nos documentos dos escritores não só como temporalidade específica e problemática, mas principalmente, como atitude crítica por parte dos atores e personagens que a viveriam e a resignificaram em momentos distintos.

Zelar pela memória de uma sociedade: mal de arquivo?

Ao pensarmos as diferentes operações utilizadas para se compor um acervo ou arquivo – operações de seleção, recorte, descarte, classificação, locação, remissão –, faz-se necessário atermo-nos ao processo de montagem das condições de legibilidade do documento – e ao documento como produção de uma montagem legível,²⁰ como mencionado por Le Goff.²¹ A essa crítica à noção de documento se encontra vinculada uma perspectiva arqueo-genealógica, que, consideramos, pode auxiliar na elaboração de um modo de leitura que, talvez, auxilie a “dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico”.²² Ao pensarmos a pesquisa em arquivos a partir dessa proposta, o que se propõe consiste em “fazer da história uma contramemória [a fim de] de desdobrar (...) toda uma outra forma [de leitura] do tempo”.²³

Assim, ao interrogarmos os arquivos literários sobre suas ambições de controle dos relatos, vale lembrar que “nem a arqueologia, nem, sobretudo, a genealogia têm por objetivo fundar uma ciência, construir uma teoria ou se constituir como sistema: o programa que elas formulam é o de realizar análises fragmentárias e transformáveis”.²⁴

Ao buscarmos relacionar, de modo a criar condições de uma hermenêutica dos modos de arquivamento da memória e subsequente produção de narrativas históricas, buscamos apresentar algumas perspectivas que possibilitem vislumbrar, no presente contexto, condições de reflexão sobre as relações de força que possibilitam as práticas de escrita, de produção de documentos e de gestão dos modos e usos da vida a partir dos mesmos.

18 BURKE. O que é história cultural?, p. 117.

19 VEYNE. Como se escreve a história, p. 48-49.

20 Digo produção e não produto por pensar no caráter processual de um documento. Tal leitura busca pensar o documento como um dispositivo, um mecanismo que engendra o direcionamento, o exame da consciência e a experiência de formação (mas também de transformação) do sujeito – tanto daquele que escreve como, também, daquele que o lê.

21 LE GOFF, 2003:537-538.

22 FOUCAULT. Em defesa da sociedade, p. 15.

23 FOUCAULT. Nietzsche, a genealogia, a história, p. 33.

24 MACHADO. Por uma genealogia do poder, p. xi

A essas questões (entre outras), o presente texto visa a fomentar indícios que (talvez) auxiliem na compreensão dos elementos que configuram essa economia política da escrita da memória e do esquecimento no momento. Consideramos necessário pensar sobre tais dimensões, ainda mais quando se encontram em crise vários conceitos basilares do pensamento ocidental, como os de identidade, representação, tempo, história, memória, esquecimento, testemunho, literatura, autor, cânone, obra, valor literário e arquivo, entre outros paradigmas e dimensões em crise no contexto da sociedade ocidental contemporânea – como a epistemológica, a técnica, a existencial e a política.

Seria interessante pensar a criação deste tipo de instituição tanto no âmbito de uma história da memória de culturas políticas em um contexto de alardeada amnésia sociocultural, à qual se relaciona uma “política do conhecimento local”, gerenciada pelas universidades e reforçada pela crise do Estado-nação, que engendra um duplo movimento: de um lado, o governo das memórias, de outro, uma política do esquecimento. Diante desses elementos, cabe perguntar: De que tipo de memória cultural da literatura estamos falando? De um relato monumentalizante? Cabe aos arquivos literários zelar pela produção das representações culturais e políticas de uma sociedade? Assim, no atual contexto de guerras pelo controle da gestão dos arquivos, faz-se pertinente lembrar a afirmação de Peter Burke, “as memórias de conflitos também são conflitos de memória”.²⁵

Como lembra Paul Veyne, “a história é conhecimento mutilado dos vestígios que perduram”.²⁶ Se “o conhecimento histórico é traçado sobre o modelo de documentos mutilados”, pensamos que há um figurante deixado por último: o historiador como colecionador à cata de detritos que faz a prospecção dos sítios mediante cuidadosa arqueo-genealogia²⁷ indiciária. A partir dessa (re)coleção de vestígios, mistos de fóssil e documento dignos de atualização, ele tenta nos apresentar outras versões dos volumes compostos pelas leituras de nossos tempos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. Trad. Mário Laranjeira. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BENJAMIN, Walter. Escavando e lembrando. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão única*. 5. ed.. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. – São Paulo: Brasiliense, 1987. p.239-240 – (Obras escolhidas; v. 2)
- BORDINI, Maria da Glória. Acervos de escritores e o descentramento da história da literatura. In: *O Eixo e a Roda*, v. 11, p.15-23.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2. ed. rev. e ampl. Trad.: Sergio Goes de Paula. – Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault* – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad.: Cristiana Antunes. – 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. – 12. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p.15-37.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. *Estudos Históricos* – Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais. Rio de Janeiro, v.11, n. 21,1998. p. 121-127.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 07-24.
- GUIMARÃES, Júlio Castañón. *Contrapontos: notas sobre correspondência no modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004. (Papéis Avulsos; 47)
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. P. 525-541.

25 BURKE. O que é história cultural?, p. 90.

26 VEYNE. Como se escreve a história, p. 24.

27 A arqueologia seria um método de descrição do sistema (ou arquivo) que rege o surgimento e as condições históricas dos enunciados, enquanto a genealogia se ocupa de uma analítica do saber em termos de estratégias e táticas de exercício de poder/governo, de modo a situar o saber no âmbito do agnismo. Para mais esclarecimentos, ver os verbetes Arqueologia e Genealogia CASTRO. Vocabulário de Foucault, p.42-43 e p.184-187, respectivamente.

- LINS, Daniel. O conhecimento é um bem público. In: _____. *O dedo no olho: micropolíticas do cotidiano*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 95-97.
- LINS, Daniel. O novo papel do intelectual. In: _____. *O dedo no olho: micropolíticas do cotidiano*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 229-230.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: _____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. – 12. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p.VII-XXIII.
- MARQUES, Reinaldo. Acervos literários e imaginação histórica: o trânsito entre os saberes. In: *Ipotese* – Revista de Estudos de Literatura, Juiz de Fora, v. 4, n.2, p.29-37, jul./dez.2000.
- MARQUES, Reinaldo. O arquivo literário como figura epistemológica. In: *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 21, p.13-23, 2007.
- MARQUES, Reinaldo. Memória literária arquivada. In: *Aletria* – Revista de Estudos de Literatura, Belo Horizonte, FALE/UFMG, n. 18, p.105-120, jul./dez. 2008.
- OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. P. 386-387.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2 .ed 2 reimp. –Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Carlos Piovezani Filho; Nilton Milanez. – São Carlos [SP]: Claraluz, 2005.
- ROCHA, João Cezar de Castro. A epistolografia como desafio à história e à teoria literária. In: *Exercícios críticos: leituras do contemporâneo*. Chapecó: Argos, 2008. p. 145-155.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e Theodor W. Adorno*. 2. dd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1971.